

**Redes não podem se sobrepor à lei brasileira, dizem ministros do STF****SEM FILTRO**MARIANA MUNIZ E DANIEL GULLINO  
mariama@oglobo.com.br  
danielg@oglobo.com.br

Um dia após o anúncio do Facebook de que irá acabar com a política de checagem de fatos nos Estados Unidos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que as redes sociais só continuarão a operar no Brasil se cumprirem a legislação do país. A afirmação do ministro ocorreu durante solenidade na Corte em memória dos dois anos dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Já o ministro Gilmar Mendes defendeu em um post a responsabilização das plataformas por conteúdos ilícitos.

Em sua fala, Moraes creditou o crescimento do extremismo pelo mundo às redes sociais, que atuam sem regulação e deram instrumentos para que discursos extremistas proliferem. E classificou como "desafio" a responsabilização dessas empresas pelos conteúdos publicados.

—O desafio no Brasil e no mundo é o de não permitir que esses gigantes conglomerados que são as big techs com seus dirigentes, por achar que por terem dinheiro, podem mandar no mundo. O desafio de regulamentar, responsabilizar — disse o ministro do STF.

**'TERRA QUETEM LEI'**

Moraes disse que, no Brasil, a Justiça Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal já demonstraram que "aqui é uma terra que tem lei".

—As redes sociais não são terras sem lei. No Brasil, só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes responsáveis das



STF. Ministro afirma que a Corte não vai permitir que as big techs continuem sendo instrumentalizadas para ampliar discursos de ódio, fascismo e misoginia

## Moraes e Gilmar Mendes defendem responsabilização das redes por conteúdo ilegal

Ministro do Supremo afirma que plataformas só continuarão a operar no país se respeitarem a legislação brasileira

big techs. Obrigado e viva a democracia — afirmou.

Segundo o magistrado, que é relator no STF de investigações envolvendo ataques de 8 de janeiro, a Corte irá atuar para que as redes não sejam "instrumentalizadas" para propagar discursos extremistas:

—Pelo resto do mundo nós não podemos falar. Mas, pelo Brasil, tenho absoluta certeza e convicção de que o Supremo Tribunal Federal não vai per-

mitir que as big techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente, ou ainda somente visando lucro, instrumentalizadas para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos — afirmou.

Segundo especialistas, as mudanças anunciadas pela Meta na terça-feira abrem caminho para a proliferação do

discurso de ódio e preconceito nas redes, o que é proibido pela legislação brasileira.

**REALIDADE DEMOCRÁTICA**

O ministro Gilmar Mendes abordou o tema em uma rede social:

"Perante a lembrança daquele trágico evento, tenho reiterado a necessidade de reformas institucionais para enfrentar a raiz do problema. Entre elas, os limites à parti-

cipação de militares da ativa na política e a responsabilização das plataformas por conteúdos ilícitos", escreveu.

No evento, o ministro afirmou que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro disseminou "discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação".

Ele ainda apontou que a regulamentação das redes implementada pela União Europeia "jamais pode ser confundida com censura" e ressaltou a importância de se chegar a algo semelhante no Brasil.

—É fora de dúvida que nossas instituições devem conceber mecanismos para inibir a circulação de discursos criminosos nas redes sociais. As retóricas sobre liberdade de expressão nos espaços virtuais devem ser redimensionadas dentro da realidade democrática. A proteção desta liberdade fundamental encontra seu alicerce na inviolável integridade informacional.

Os ministros do STF não citaram diretamente a decisão anunciada pela Meta, do bilionário Mark Zuckerberg.

Em 2024, o STF, por meio de decisão de Moraes, bloqueou o X e determinou que a rede social de Elon Musk pagasse mais de R\$ 28 milhões em multas após sucessivos descumprimentos de decisões judiciais envolvendo remoção de conteúdos falsos.

Desde o fim de 2024, o Supremo julga ação que discute mudança no Marco Civil da Internet para levar à responsabilização das big techs pelos conteúdos publicados por terceiros. A análise do tema foi interrompida na última sessão do ano pelo ministro André Mendonça, que pediu vista, mas deve ser retomada no primeiro semestre de 2025.

Os três votos já apresentados impõem, em maior ou menor grau, responsabilidades mais severas às plataformas quanto aos conteúdos publicados, além de darem às empresas regras que precisam ser cumpridas sob pena de violação de leis brasileiras.

O que está em discussão é o modelo de responsabilização das plataformas pelo conteúdo de terceiros — se e em quais circunstâncias elas podem sofrer sanções por conteúdos ilegais postados pelos usuários.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Economia **Página:** 12